

A Feira Interinstitucional Agroecológica: Alternativas para a construção da Soberania Alimentar na Região Metropolitana de Goiânia

The Agroecological Interinstitutional Fair: Alternatives for the construction of Food Sovereignty in the Metropolitan Region of Goiânia

Feria Interinstitucional Agroecológica: Alternativas para la construcción de la Soberanía Alimentaria en la Región Metropolitana de Goiânia

Stéfanny da Cruz Nóbrega
Universidade Federal de Goiás
stefanny.nobrega.ufg@outlook.com

Lara Cristine Gomes Ferreira
Universidade Federal de Goiás
lara@ufg.br

Resumo

Este artigo versa sobre as problemáticas socioambientais, bem como os efeitos para a saúde, desencadeadas pela estruturação do agronegócio no Brasil, em especial em Goiás e Centro-Oeste brasileiro. As problemáticas são discutidas à luz dos conceitos de território e soberania alimentar e apresentam um breve histórico da tomada de consciência da sociedade civil sobre os malefícios deste modelo fomentado pelo Império Agroalimentar global. Neste contexto, realizam-se reflexões sobre as práticas estratégicas para a construção da soberania alimentar na Região Metropolitana de Goiânia. É apresentada e discutida a experiência da Feira Interinstitucional Agroecológica, pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão. Com base nesta experiência, o objetivo central do presente artigo, foi o de analisar como a articulação construída pode potencializar a possibilidade de acesso à alimentação saudável, ampliando o debate sobre a importância do seu consumo, a partir do papel educativo propiciado pela aproximação agricultor/a – consumidor/a.

Palavras chaves: produção agroecológica; agricultura camponesa; extensão universitária; desenvolvimento socioterritorial.

Abstract

This article deals with the socio-environmental and health issues triggered by the structuring of Agribusiness in Brazil and especially in the Midwest and in Goiás. The issues are discussed in the light of the concepts of Territory and Food Sovereignty, presenting a brief history of the awareness of civil society about the harms of this model fostered by the global agri-food empire. In this context, we bring reflections on strategic practices for the construction of Food Sovereignty in the Metropolitan Region of Goiânia. The experience of the Agroecological Interinstitutional Fair, based on the teaching-research-extension tripod, is presented and discussed. Based on this experience, the objective was to analyze how this articulation can enhance the possibility of access to healthy food, broadening the debate on the importance of its consumption, based on the educational role provided by the farmer / consumer approach.

Keywords: agroecological production; peasant agriculture; University Extension; socio-territorial development.

Resumen

Este artículo aborda los problemas socioambientales y de salud que generó la estructuración del Agronegocio en Brasil y especialmente en el Medio Oeste y Goiás. Los temas se discuten a la luz de los conceptos de Territorio y Soberanía Alimentaria, presentando una breve historia de sensibilización. sociedad civil sobre los perjuicios de este modelo impulsado por el imperio agroalimentario mundial. En este contexto, traemos reflexiones sobre prácticas estratégicas para la construcción de la Soberanía Alimentaria en la Región Metropolitana de Goiânia. Se presenta y discute la experiencia de la Feria Interinstitucional Agroecológica, basada en el trípode enseñanza-investigación-extensión. A partir de esta experiencia, el objetivo fue analizar cómo esta articulación puede potenciar la posibilidad de acceso a alimentos saludables, ampliando el debate sobre la importancia de su consumo, a partir del rol educativo que brinda el enfoque agricultor / consumidor.

Palabras clave: producción agroecológica; agricultura campesina; extensión Universitaria; desarrollo socio-territorial.

Introdução

Um relatório da Oxfam (2019) revelou que 45% das terras agrícolas do Brasil pertencem a menos de 1% dos proprietários. Estas terras são constituídas basicamente de pastagens, extensas áreas de monoculturas e áreas de vegetação nativa degradadas, devido à má gestão dos proprietários - motivados pela maximização de lucros em detrimento da preservação dos recursos naturais. Estes proprietários estão articulados conformando o Agronegócio. Especificamente na Região Centro-Oeste brasileira, outra questão que podemos citar, diz respeito a desvalorização do Cerrado e de seus solos tidos como pobres em nutrientes, o que justifica o forte uso de insumos químicos e agrotóxicos nas monoculturas que aqui têm se instalado há décadas. E que desconsideram, inclusive, todo o potencial medicinal e nutricional das plantas nativas do Cerrado - muito importante para as populações cerradeiras¹. Neste cenário, o agronegócio ameaça tanto as biodiver-

¹São as classes sociais que historicamente ocuparam as terras do Cerrado, estabelecendo relações sociais, formas de uso e ocupação do solo muito próprias, em acordo com as condições ambientais, resultando em

sidades locais, como as condições culturais e técnicas de produção e reprodução dessa diversidade.

De acordo com Ribeiro (2017) essa abordagem reducionista trata-se de uma estratégia para a aceitação do modelo hegemônico de produção, de modo atender às necessidades de culturas alimentares globais e padronizadas. Nesse sentido, também uma estratégia para padronização do consumo, desconsiderando os hábitos e costumes alimentares construídos historicamente. Para aumentar os lucros são produzidas poucas opções de produtos, porém, em grandes quantidades. Isso, pois, os sistemas agroalimentares hoje são dominados por poucos, mas poderosos conglomerados empresariais a nível global. Enquanto empresas, movidas pela lógica do lucro, concebem os alimentos como uma forma de acumulação de riquezas, ou seja, como mercadoria, ou *commodities* para exportação. Isto apresenta-se como uma questão à Soberania Alimentar do povo brasileiros, na medida em que o próprio Estado² incentiva o Agronegócio em detrimento da Agricultura de base familiar, que produz aproximadamente 70% dos alimentos que chegam às mesas brasileiras (MITIDIERO et al, 2017).

Contextualizada a problemática principal deste artigo, trazemos a contribuição de Pasquim (2017) que apresenta a extensão como uma dimensão que promove ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre diversos atores envolvidos em determinado problema social – neste artigo estaremos dialogando acerca da construção da Soberania Alimentar - para a construção compartilhada de conhecimento e de organização política necessários para superação dessa questão. A Extensão Universitária, ao estabelecer uma troca de saberes acadêmico e popular de maneira sistemática, tem como consequência a produção e a democratização do conhecimento acadêmico com participação efetiva e atuante da Universidade e da sociedade. A extensão, é, por tanto, uma *práxis* educativa, cujo ponto de partida é a compreensão da realidade social (FREIRE, 1983).

Carbonari e Pereira (2007) entendem que o grande desafio da extensão é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais para a transformação efetiva da sociedade. Nesse sentido, foi estruturado e concebido o projeto de extensão da Feira Institucional Agroecológica, promovida pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor dos dois institutos federais do Estado de Goiás (IFG e IF Goiano), estruturada pela Chamada Pública 01/2019/COEXT/DAS/PROEX. O edital de chamamento é vinculado ao projeto *Feira Institucional Agroecológica da Agricultura Familiar: uma proposta de Segurança Alimentar e Nutricional para as/os Servidoras/es dos Institutos Federais do Estado de Goiás*, proposto pela nutricionista do SIASS Câmpus IFGoiano/IFG, Ariandeny Furtado, em 2019.

múltiplas expressões culturais. São os povos enraizados em um contexto geográfico definido: o Cerrado (MENDONÇA, 2002).

² Cabe pontuar que este projeto hegemônico se materializa na coalisão de forças entre os seguintes setores: latifundiários; as corporações transnacionais; os bancos; o Estado brasileiro (na representação de governos fortemente vinculados a interesses de parlamentares ruralistas); e os meios de comunicação de massa, constituindo o que chamamos de agronegócio (SANTOS; GLASS, 2018).

O presente artigo tem com objetivo central apresentar de forma sistematizada a experiência da Feira Interinstitucional Agroecológica, suas potencialidades e desafios. O intuito é produzir material sobre a importância desses projetos que pautam políticas na Universidade, considerando seu papel social. Além disso, tem-se como interesse refletir acerca de uma questão fundamental: o fortalecimento da agricultura de base familiar, por meio da integração dos espaços acadêmicos com as demandas reais das famílias dos(as) agricultores(as) e a pertinência desses espaços como catalizadores da construção do conhecimento, na medida que envolve, em um mesmo processo, a comunidade acadêmica e do entorno da Universidade e as organizações de agricultores.

Para tanto, o texto apresenta, em sua primeira parte, o contexto teórico-metodológico do projeto, bem como apresenta uma síntese do panorama político dos movimentos sociais de luta pela terra e alimento. A segunda parte, enfoca as redes estabelecidas para construção da feira e, em seguida, aborda as potencialidades dessa construção, enfatizando a importância da Feira enquanto instrumento para o desenvolvimento da soberania alimentar.

A construção da soberania alimentar: em qual contexto se realiza?

O processo de globalização capitalista aliado a divisão global do trabalho, bem como a urbanização e industrialização, são processos que vêm ampliando a territorialização das monoculturas voltadas, sobretudo ao mercado agroexportador. Este projeto hegemônico não é capaz de abastecer a população de alimentos, uma vez que está voltado para a produção de *commodities* e não de comida. De acordo com Ploeg (2008), esse processo tem sido controlado pelos Impérios Agroalimentares, formado pelas grandes empresas que operam em escala global e controlam toda esta cadeia – desde os insumos, a produção, a circulação e o consumo - também em estreita relação com a mídia de massa, bastante articulada e beneficiada pelo Estado.

A ascensão destes Impérios, do ponto de vista da questão agrária brasileira, foi um processo que teve início na década de 1930, caracterizando-se pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria alicerçada no capitalismo dependente e com a dominação imperialista externa (FERNANDES, 1975). Já nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1970, com o processo de modernização e da Revolução Verde, tivemos essa espécie de ilusão de que os químicos e as corporações são os que alimentam o mundo, sobretudo no estado de Goiás onde este modelo estabeleceu-se intensamente com as monoculturas e o desmatamento associado a elas. Isto vem trazendo modificações de forma impositiva e homogeneizadora, sem respeitar as diferenças culturais (BORGES, 2009). A agricultura globalizada e industrial, bem como sua forma de produzir, corresponde a uma grande ameaça socioambiental e para a saúde.

Além disso, os problemas decorrentes da contaminação dos recursos ambientais e dos alimentos por agrotóxicos configura uma situação de calamidade na saúde pública nacional, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados. Como se não bastasse, estamos diante do

progressivo aumento do consumo e intensificação do uso dessas substâncias no país. Em 2019 vivenciamos uma ofensiva do agronegócio, que fez o estado aprovar a liberação de 325 agrotóxicos (MÍDIA NINJA, 05/10/2019), e de acordo com a mesma fonte (05/2020), durante a pandemia de coronavírus 118 novos agrotóxicos foram aprovados. Cabe ressaltar, assim como Pignati (2016) vem demonstrando, que qualquer produto químico/ veneno utilizado nas culturas, seja de hortaliças, soja ou milho, deixa algum resíduo fora e dentro desses alimentos, nos solos e nas águas.

O projeto Alimentando Políticas, em seu relatório (2019), associa estas duas dimensões, das problemáticas socioambientais e para a saúde, e apresenta o conceito Sindemia Global. Sindemia enquanto interação de problemas mutuamente agravante para a saúde da população, baseada em três pandemias globais: obesidade, desnutrição e as mudanças climáticas³. Foram assim agrupadas na formulação de um conceito, pois partilham um fundamento em comum: consequências dos interesses do capital sob o sistema agroalimentar global. A comida, vista como mercadoria e mediada pelo sistema capitalista, reflete a dialética social das diferenças entre as classes e ameaça a soberania alimentar. A fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si, como alertou Josué de Castro (1946) no livro Geografia da Fome.

Apesar de Josué de Castro ter estado engajado nesta pauta desde a década de 1940, de acordo com Cruz (2019) foi apenas na década de 1990 que ampliou-se o debate acerca do sistema alimentar, evidenciando os impactos ambientais, sociais e para a saúde. Uma das razões para a centralidade desta questão é a situação de insegurança alimentar no mundo. Ao contrário do discurso do Agronegócio de alimentar o mundo, os dados da FAO (2017) mostram, na verdade, que o problema da fome tem se agravado, representando a situação de 10,9% da população do planeta.

Diante deste contexto de mazelas sociais, a bandeira do combate à fome e à pobreza foi historicamente levantada pelos movimentos sociais populares. O conceito de Soberania Alimentar foi introduzido, em 1996, pela Via Campesina, durante a realização da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada em Roma pela FAO. As organizações camponesas defendem este conceito partindo do princípio de que “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano”, e, sendo assim, a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de soberania popular e nacional (STEDILE, 2011), entoadando o que, já no início do século XX, José Martí advertia o povo latino-americano: um povo que não produz o próprio alimento é um povo escravo e dependente de outros países para lhe oferecer a sobrevivência. Ou seja, sobre a necessidade de produção do próprio alimento ou a dependência do capital externo.

Assim, é essencial discutir as relações de soberania alimentar na atual conjuntura do sistema agroalimentar. A luta pela construção da Soberania Alimentar pode ser melhor compreendida em suas características e especificidades a partir da categoria território, pois representa, na prática, campo de disputas ideológicas e divergências nos

³Abarca todas as facetas o modelo de produção vigente de uso e destruição desenfreada dos bens naturais.

meios de produção, que tem gerado diversos conflitos. O conceito de território vem sendo utilizado pelos movimentos sociais, na luta pela terra, por educação, por alimentos e está presente nas reflexões acadêmicas. Neste estudo, fundamentados em Haesbaert (2009), compreendemos território em uma abordagem que prioriza as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas, tanto funcionais como simbólicas.

O conceito de Soberania Alimentar representa uma dimensão política ampla. Conforme Stédile e Carvalho (2011, p. 715), “para ser soberano, e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”. Sendo assim, para avançarmos em relação à soberania alimentar, é necessária a reformulação dos sistemas de alimentação. Para tanto, a Soberania Alimentar tem se constituindo como um projeto político do campesinato, na luta por políticas públicas, na luta pelo direito de escolher o quê produzir, onde e como produzir o próprio alimento e, assim, ter o controle sobre a sua alimentação e o abastecimento local - o controle do fluxo de alimentos. Neste sentido, a Soberania Alimentar tem se constituindo como território do campesinato. Para a via campesina, a Soberania Alimentar é condição prévia para uma verdadeira segurança alimentar (LA VIA CAMPESINA, 1996).

O território da agricultura de base familiar, além de promover a segurança alimentar e nutricional, devido a diversificação agrícola, representa aproximadamente 70% do alimento produzido. Ou seja, garante uma parcela significativa da produção que circula nos mercados locais, nas redes agroalimentares de circuito curto (MITIDIERO et al, 2017). Em contrapartida, estão restritos em 24% das terras e com apenas 14% de créditos. Já o Agronegócio conta com 86% de crédito e detém 76% das terras, enquanto produz apenas 30% de alimentos. Diante deste contraste, que dificulta a permanência e reprodução da agricultura camponesa, a sua atuação significa, na prática, o território de resistência e enfrentamento ao agronegócio. Estes agricultores de base familiar são portadores de uma identidade de resistência, segundo Castells (1999, p.24) “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”.

Esta resistência encontra maior fôlego na contínua luta organizada dos movimentos sociais, que tem trazido avanços. Uma consequência disso foi a criação do mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no ano de 2003, voltado para agricultura de base familiar. Representa, além da inclusão do agricultor aos processos de comercialização, também a garantia de acesso a alimentos de qualidade na cidade, contribuindo para a promoção da segurança alimentar. O processo de formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) é outro avanço que merece ser destacado. Foi em 2011, quando a 4ª Marcha das Margaridas conseguiu pautar e incorporar a discussão nos espaços de decisão governamental o tema da Agroecologia. A partir de então, foi elaborado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Constituiu-se como um marco e uma conquista política, representan-

do o reconhecimento da Agricultura de base Familiar - em um Estado que sempre a negou (MOURA, 2016). A luta dos movimentos sociais tem o grande mérito de afirmar uma agenda que se contrapõe ao agronegócio - demonstrando que há outras possibilidades para a agricultura que não seja a agricultura intensiva inspirada nos padrões da “revolução verde” - é, então, na agroecologia que a Soberania Alimentar tem suas bases.

O termo “agroecologia” passou a ser utilizado no Brasil somente no final da década de 1980, trata-se de práticas e saberes populares historicamente construído e que resistem. A construção do conhecimento agroecológico é realizada por meio do diálogo de saberes, envolvendo pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membros de organizações não governamentais, movimentos sociais, agricultores, profissionais e estudantes, entrou outros (MOURA, 2016).

Apesar do esforço do capital em disassociar cidade e campo, a relação entre a população urbana e os alimentos é vetor central de exposição das contradições do atual modelo hegemônico para o campo. Assim, a consciência coletiva está aumentando e a reação ao modelo hegemônico está acontecendo com a transição agroecológica, projeto que não apenas tem tomado forma, no seio das organizações, como também tem se apresentado como possibilidade concreta de reprodução social e alternativa da vida. Walter (2013) traz o conceito de *food movement*, aglutinando diversos atores em torno de movimentos como o *slow food*, a gourmetização, a politização em torno do alimento e da alimentação.

Menezes e Cruz (2017) situam este movimento crescente como um noção contrária à globalização e seu modelo de alimentação padronizada e difundida pelo *Fast Food*. Segundo as autoras, trata-se de uma resistência à homogeneização da alimentação e em defesa dos hábitos alimentares locais e regionais. É uma manifestação cultural na e da contemporaneidade. Esta resistência acontece tanto do lado dos consumidores, como do lado dos agricultores e produtores. De acordo com Almeida (2008), os inúmeros movimentos sociais da sociedade civil organizada, relativos aos povos do cerrados, demonstram experiências de luta para a conservação dos cerrados e pelo seu uso não destrutivo. Os cerradeiros também resistiram a esta homogeneização da alimentação. São estes que mantêm vivos os hábitos alimentares regionais, mesmo que estes tenham sido em alguma medida reinventados (MENEZES; CRUZ, 2017).

A Feira Interinstitucional Agroecológica é um projeto que engaja na prática desta discussão e que articula estes atores, agricultoras/s, cerradeiras/os e consumidoras/es em três instituições públicas de ensino. A ênfase está no papel educativo, apropriado pelo encontro destes dois atores, pautando um processo de transição agroecológica. Quer dizer, assim como Sauer e Balestro (2009), compreendemos que a produção e o consumo de alimentos agroecológica trata-se de um processo de transição, como um caminho para reduzir os impactos de agrotóxicos e insumos químicos na agricultura, não apenas no sentido ambiental e de saúde, mas também no aspecto econômico e social.

O projeto da Feira Interinstitucional Agroecológica

A Feira Agroecológica é constituída a partir da proposta de garantir a possibilidade de escolha e acesso à alimentação saudável, difundido nos ambientes institucionais os alimentos oriundos da agricultura familiar agroecológica. Além disso, tem o objetivo sensibilizar e ampliar o debate sobre a importância do seu consumo, a partir da aproximação agricultor/a – consumidor/a, com ênfase no papel educativo; já que A Feira pode ser entendida como espaço de trocas, saberes, resgate e valorização da identidade alimentar tradicional - baseada em práticas produtivas geracionais e agroecológicas.

Neste projeto, o alimento é visto enquanto Direito Humano a vida, e não como mercadoria (FURTADO, 2019). E mais do que alimento, é “comida”, pois está compreendida no âmbito das relações de sociabilidade e como forma de pensamento, nas quais as práticas se expressam como identidade cultural coletiva (ALVES, 2011). Nesta perspectiva, a Feira Agroecológica apresenta-se como uma maneira de transcender o sistema alimentar globalizado e hegemônico, atuando na prática e contribuindo com estratégias para avançar na construção da Soberania Alimentar.

Ao fomentar canais curtos de comercialização, como assevera Gazolla (2017), garante a oferta de alimentos locais e de qualidade, em consonância com a promoção de soberania alimentar e geração de renda - por propiciar a inclusão sócio-produtiva da agricultura de base familiar. É necessário destacar a importância desses espaços para a manutenção da Agricultura de base familiar. A crescente concentração dos sistemas agroalimentares em torno de grandes redes varejistas altamente exigentes restringe a participação de agricultores camponeses nos mercados agropecuários, além de limitar a oferta de alimentos aos consumidores finais.

Contudo, há como reinventar a cozinha da biodiversidade. Para tanto, a construção de alianças e articulações entre o campo e a cidade como a luta por soberania alimentar e por uma reforma agrária popular são oportunos caminhos para a superação do projeto desigual do agronegócio. Nesse sentido, as feiras, enquanto momento em que campo e a cidade dialogam, podem contribuir para a consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento rural, uma vez que podem funcionar como espaço de economias populares que se baseiam na maximização do bem-estar de produtores e de consumidores, proporcionando uma alternativa ao sistema agroalimentar hegemônico (VERANO, 2019).

Neste contexto, constituiu-se como público alvo do projeto: os/as agricultores/as de base familiar do estado de Goiás. Para efetivação da Feira Interinstitucional Agroecológica foram estabelecidas diversas articulações que configuraram a equipe de atuação intersetorial e multidisciplinar, próprias do caráter integrador da comunicação/extensão. A partir desta construção, o IFG, o SIASS IF Goiano/IFG e a UFG formalizaram o Termo de Convênio UFG N 89/2019 no mês de março/2019, sob orientação da PROEX/IFG e PROEC/UFG, ampliando, descentralizando e dando continuidade à chamada pública também nas instâncias da UFG, conformando-se, então, a Feira Interinstitucional Agroecológica.

A Feira, enquanto fim da fase produtiva e início da fase de consumo, é um espaço que possibilita que os consumidores/as e produtores/as tornam-se protagonistas do processo de comercialização e da ressignificação das relações socioeconômicas, socio-culturais e socioambientais.

A prática da Soberania Alimentar: articulando redes e fomentando projetos

As articulações entre estes atores, agricultoras/s, Cerradeiras/os, consumidores/es e instituições públicas, formaram redes institucionais com base na cooperação, colaboração e coordenação, agregando interesses comuns em sinergia, voltados para a construção social de mercados. É, portanto, uma estratégia de inclusão socioprodutiva de agricultoras/es de base familiar do estado de Goiás, as/os quais constituiu-se como público alvo do projeto. A prioridade foi para assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, distantes em até 120 km de Goiânia.

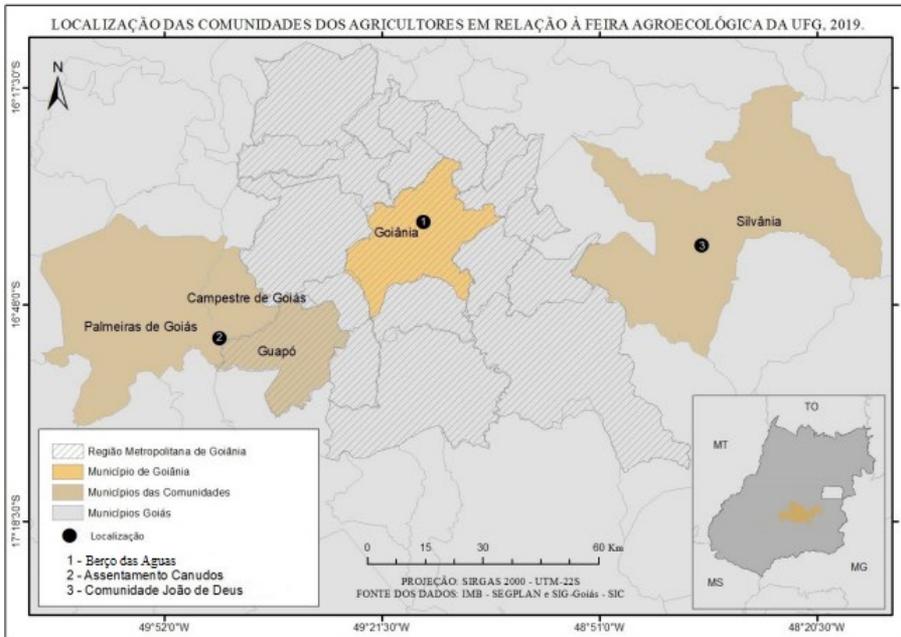


Figura 1: Localização das comunidades dos(as) agricultores(as) em relação à Feira Agroecológica na UFG.

Fonte: IMB – SEGLAN e SIC GO. Org: NOBREGA, S. C. (2019).

Os grupos de agricultores de base familiar selecionados em chamada pública e que atualmente constroem a Feira Agroecológica na UFG estão organizados em cooperativas, rede de economia solidária, movimentos de luta pela terra, alimento e pela vida, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento Camponês

Popular. Estes foram aglutinados em 3 grupos em função da localização, foram espacializados da seguinte forma: residentes em Goiânia (ponto 1) – cooperativa berço das águas, assim como o local de realização da Feira Agroecológica; no Assentamento Canudos (ponto 2) – localizado nos municípios Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapó, todos no estado de Goiás; e na Comunidade João de Deus (ponto 3) - localizada em Silvânia, como mostra o mapa da figura 1.

Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás encontram-se na Microrregião do Vale do Rio dos Bois e na Mesorregião Sul Goiano. Já Guapó pertence a Microrregião Goiânia e à Mesorregião Centro Goiano. Suas terras são banhadas pelos rios dos Bois, a leste, e Turvo, a oeste, além de inúmeros outros córregos. Para chegar ao Assentamento Canudos, são importantes vias de acesso a GO-050 que liga Goiânia à Palmeiras de Goiás, perfazendo 86,8 km em 1 h 25 min. Também a BR-060 dá acesso a Guapó - onde tem entrada para o Assentamento - que culmina na GO-156 que liga a cesarina a Palmeiras, percorrendo um total de 101 Km em aproximadamente 1 h 31 min.

Cabe destacar que em toda a Região Metropolitana de Goiânia, o único assentamento de Reforma Agrária esta localizado em Guapó, que é parte do assentamento Canudos, composto por 329 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e alocadas pelo Incra em três municípios: Guapó, Campestre de Goiás e Palmeiras de Goiás, no ano de 1999 (INCRA, 2017). A figura 2 apresenta imagens da produção de hortaliças de um assentado participante da Feira.



Figura 2: Imagens da produção de hortaliças agroecológicas no Assentamento Canudos, GO.
Fonte: Arquivos da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Já a Comunidade João de Deus, localizada em Silvânia, encontra-se a 85 quilômetros da Capital do estado. Para chegar ao município, são importantes vias de acesso: BR-457, perfazendo 85,2 km em, aproximadamente, 1 h 24 min; ou via BR-060/BR-153 e GO-330, completando 108 km em 1 h 34 min, no entanto este trajeto possui pedágios. Da sede municipal até a comunidade João de Deus são aproximadamente 25 km estradas vicinais que são, em geral, boas, no entanto, na época da chuva a locomoção é dificultada. De acordo com o Incra, Superintendência Regional Goiás (2017), a Comunidade João de Deus tem uma área de 335.1234 Km², com 17 famílias assentadas e reconhecidas desta forma desde 12/05/1987 e hoje, organizadas junto ao Movimento Camponês Popular. A figura 3 traz algumas imagens da comunidade registradas em trabalho de campo.



Figura 3: Comunidade João de Deus, Silvânia.

Fonte: Stefanny Nóbrega, 2019.

Como pode ser observado, o projeto da Feira Agroecológica apresenta como recorte espacial a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), ou municípios imediatamente localizados a margem da RMG. A área rural da RMG corresponde à 84% da área total. Deste, 82% são pequenas propriedades, representando apenas 2% da população. Quer dizer, apesar da área rural representar a maior porção deste recorte espacial, é cada dia menos habitada, devido a grande concentração de pessoas na área urbana. É possível confirmar o decréscimo no quantitativo da população rural entre 1991 e 2010 (tabela 1).

Tabela 1: Evolução da população Rural e Urbana nos municípios em estudo, série histórica 1991-2010.

Municípios	População Rural			População Urbana			População Total		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Campestre de Goiás	905	1.179	1.011	1.411	1.988	2.376	2.316	3.167	3.387
Guapó	3.194	3.947	2.643	8.249	9.916	11.333	11.443	13.863	13.976
Palmeiras de Goiás	5.441	4.322	4.172	11.194	13.500	19.166	16.635	17.822	23.338
Silvânia	7.450	7.392	6.420	8.208	10.353	12.669	15.658	17.745	19.089

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Com relação à população urbana, observa-se nos dados que houve crescimento considerável em todos os municípios, destacando-se Campestre de Goiás que praticamente dobrou sua população em área urbana. Isso é um desafio às questões de planejamento. Já os dados da população rural de Guapó, Campestre e Palmeiras referente ao ano 2000 apresentam um aumento considerável, relativo ao processo de assentamento das famílias do MST no PA Canudos. No entanto, é possível confirmar o decréscimo no quantitativo da população rural entre 2000 e 2010. Isso acontece na medida em que são implantadas uma série de empecilhos estruturais, dentre os quais: acesso a políticas públicas para produção, para a comercialização, para a educação contextualizada, acesso a serviços de qualidade, entre outros que são condicionantes a permanência da população no campo.

A cidade de Goiânia possuía no último Censo 1.302.001 habitantes e sua região metropolitana mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2010). A estimativa populacional para 2018 projetou a grande Goiânia com quase 2 milhões e 500 mil habitantes. Isso coloca a metrópole Goiânia como uma das principais regiões do país em demanda de alimentos devido ao quantitativo populacional. E, além disso, a RMG tem potencialidade para produção agropecuária, sendo o PNAE⁴ importante via de comércio da produção da agricultura de base familiar, assim como a Feira Agroecológica, em menor escala.

Aproximar atores urbanos de questões relacionadas a agricultura e ao rural, pode apresentar novos caminhos e possibilidades aos limites relacionados às questões alimentares. A Feira enquanto momento em que campo e cidade dialogam, apresenta-se, então, como uma estratégia de comunicação e mobilização de valores e significados contra-hegemônicos para uma outra relação campo cidade. Cruz (2019), em muito contribui com este debate, pois a autora afirma que ao articular essas esferas, rural-urbano, agricultores-consumidores, com centralidade em processos participativos, contemplando inclusive projetos e parcerias em esforços colaborativos, é possível avançar na constru-

⁴ De acordo com o histórico do FNDE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar esta em elaboração desde a década de 40, foi instituído na década de 50 de maneira centralizada e após muitos anos e alguns avanços, em 2009 pautou e garantiu que, no mínimo, 30% dos recursos sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Hoje o programa tem sua continuidade ameaçada pelas políticas antinacionais de Bolsonaro (Ministério da Educação, 2020).

ção da soberania alimentar. A autora propõe, em outras palavras, a governança participativa de sistemas alimentares locais.

Diante disso, Cruz (2019) aborda elementos relacionados à operacionalização do Sisan⁵ a partir da implementação que tem se dado em parceria com a universidade, no caso da UFRGS. O sucesso do projeto se vincula à relevância do envolvimento dos atores em processo de governança contínuo, em conexão entre a política territorial e a política de SAN conduzida pelo mesmo grupo da universidade na articulação entre ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido, a Feira Agroecológica, enquanto projeto de extensão universitária popular, não consiste em um instrumento isolado, não representa apenas um espaço de comercialização. Apresenta-se em uma perspectiva mais ampla, constituindo-se como um elemento que articula ações vinculadas a ela, como discutiremos a seguir.

Suscitou, então, a promoção de espaços diversos, em uma perspectiva dialética de formação. Ou seja, o projeto fundamenta-se na dialética entre ação instrumental e comunicativa. Quer dizer, apresenta uma característica mais objetiva na medida em que proporciona o espaço de comercialização e geração de renda para a agricultura de base familiar, em consonância com a oferta de alimentação saudável nos ambientes institucionais. Por outro lado, gesta em seu bojo uma reflexividade crítica como processo formativo para a transformação. Isso, pois, carrega como pressuposto incondicional a existência de um espaço público democrático, que apresenta-se enquanto processo para a educação e formação de tecnologias sociais voltadas ao desenvolvimento territorial, pautando por um contexto político e sociocultural contra-hegemônico.

Este projeto de extensão pode ser qualificado, então, como uma ação ecopedagógica, como proposto por Cardoso (2016):

As ações ecopedagógicas tem como princípios metodológicos a valorização de práticas, bens e conhecimentos que reforçam estilos de vida, atividades produtivas e valores culturais promotores da autonomia das pessoas e da sustentabilidade do ambiente em que vivem (CARDOSO, 2016, p.3).

As ações ecopedagógicas estão fortemente alicerçadas em processos de ajuda mútua e troca de experiências. Apresentando-se como uma estratégia de formação, que aproxima um conjunto de atores sociais que possuem interesses complementares. Enquanto prática educativa para a mudança social. Assim, a Feira constitui-se como um processo formativo para as próprias famílias de agricultores. De modo que são levados a trocar experiências e refletir e sobre suas práticas no que se refere ao aprimoramento das técnicas para transição agroecológica, a qualidade da produção, custos e formação de preços, divulgação dos alimentos, acesso a mercados e relações de consumo.

⁵ O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Além disso, a Feira é espaço pedagógico riquíssimo na formação dos graduandos, na medida em que articula a pesquisa-ensino-extensão. A pesquisa-ação-participativa pode se caracterizar como um importante elemento na articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Mais que isso, pode também se caracterizar como importante componente na articulação teoria-prática, na aproximação Universidade-comunidade. Como já afirmou Brandão (2008, p. 18), a pesquisa-ação-participante, “pode contribuir para a reinvenção do espaço acadêmico, propiciando para que a construção do saber se dê num espaço multifacetado de troca, de partilha e de negociação cultural”. Isso pode colaborar com o profissional em formação para atuar junto aos múltiplos agentes e processos no campo, ou seja, a Universidade pode contribuir na transição agroecológica a partir de seus recursos humanos.

Tantas trocas foram e estão sendo oportunizadas pelos espaços desdobrados a partir da Feira, ampliando o debate. Podemos citar a criação do Programa UFG na Agroecologia, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG. O Programa visa englobar todos os projetos ligados à área de agroecologia e práticas sustentáveis da universidade - assim como a Feira Agroecológica – para a construção de um processo mais consciente e participativo. Diante desta abertura articulou-se a abertura de um Edital de Chamamento Interno de Feira Agroecológica dos Estudantes da UFG, que foi lançado no início do ano de 2020, porém suspenso devido à pandemia da Covid-19.

O público-alvo do projeto da Feira Interinstitucional Agroecológica é amplo por envolver as mulheres agricultoras camponesas em família, juntos com os homens e crianças, articulados em comunidades e em cooperativas, ocupando o espaço público de três instituições, com as quais estabelece relações de proximidade com servidores e funcionários terceirizados, assim como com a comunidade externa, como mostram as imagens da figura 4.



Figura 4: Registros do envolvimento dos consumidores e funcionários terceirizados com a proposta da Feira Agroecológica.

Fonte: Arquivos da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2019 e 2020.

Alguns exemplos foram as articulações realizadas entre as/os agricultoras/es e os funcionários terceirizados das três Instituições, que em muito contribuem para a reali-

zação da feira, cooperando com a limpeza dos espaços e com o transporte. Além disso, as/os agricultoras/es visualizaram a estratégia de reduzir custos e a geração de resíduos sólidos a partir da reutilização de potes de vidros. Diversos alimentos ofertados na Feira são acondicionados em potes de vidro, como exemplo de compotas de doces, conservas de verduras, geléias, conservas de pimentas, pasta de pequi, etc. Assim, articulou-se a Campanha de reutilização das embalagens de vidro e também outras embalagens de papelão, sacolas retornáveis e caixas de ovos, aprimorando a consciência ambiental e estreitando laços entre produtor/a-consumidor/a.

Assim, os valores culturais existentes e articulados em torno da Feira Agroecológica a configura enquanto lugar, materializando laços de solidariedade, de apego, auxílio e parceria. A ênfase dada ao lugar é, sobretudo, pelas peculiaridades constituintes da identidade desse agrupamento social, mantida mesmo diante a globalização dos processos econômicos e políticos (ALMEIDA, 2018). Aqui a cultura camponesa ocupa o coração do processo econômico que se estabelece de maneira democrática e inclusiva, e, acima de tudo, provocadora de práticas da economia solidária - produzindo valor social antes de valor de mercado.

A Economia Solidária, ou socioeconomia solidária (LISBOA, 2005) aponta para a compreensão de que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana. Cria uma alternativa à dimensão do trabalho no sistema capitalista, aproveitando-se da fragilidade gerada pelo sistema para articular novas formas de organização da produção e do consumo. Assim, pautada no uso racional dos recursos, desenvolve as forças produtivas pela eliminação de atravessadores, reposicionando a lógica da circulação por meio da atuação em rede.

Por meio das ações coletivas se fortalecem estratégias contra-hegemônicas para transformação de valores políticos, econômicos e sociais. A articulação e a realização desta Feira Interinstitucional se qualificam como portadora de uma identidade de projeto, como coloca Castells:

A identidade de projeto é quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e não fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (1999, p.24).

O projeto da Feira reúne e articula diversos atores que juntos constituem uma identidade de projeto, por pautar e por construir na prática uma alternativa ao sistema alimentar hegemônico. Além disso, o projeto apresenta este potencial de estimular e contribuir com os processos de transição agroecológica. Para Caporal (2009), este processo de transição implica na gradual e mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, que têm como meta a passagem de um modelo agroquímico e degradantes do meio ambiente, a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. O autor destaca ainda que, por se tratar de um processo social, a transição

agroecológica implica também uma mudança das atitudes e valores dos atores envolvidos, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais. Para Balestro e Sauer (2009), a transição agroecológica propõe mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar.

Os benefícios são, em especial, para as/os agricultoras/es de modo a potencializar as trocas de saberes popular, técnico e científico no contexto da produção ao comércio dos alimentos na Feira Agroecológica, corroborando para o protagonismo e emancipação das/os agricultoras/es, para o desenvolvimento territorial local, com geração de renda e ampliação e/ou fortalecimento do potencial agrícola nestas comunidades envolvidas. Para o ambiente institucional e pesquisadores o avanço que este projeto provoca é a construção de conhecimento agroecológico desde a sistematização de experiências reais no ensino-pesquisa-extensão junto com as/os agricultoras/es. Além disso, para a comunidade institucional é um espaço de promoção da saúde, sobretudo diante o Covid-19, com ênfase na oferta e acesso de alimentos da Agricultura Agroecológica Goiana. É, portanto, uma estratégia de promoção da alimentação saudável, biodiversa e baseada nos hábitos alimentares regionais, como será discutido no tópico seguinte.

Soberania Alimentar e Protagonismo do Produtor: a experiência da Feira Interinstitucional Agroecológica

O processo de construção da Feira está pautado no entendimento de extensão rural agroecológica proposta por Caporal (1998). Assim, o projeto da Feira apresenta um enfoque holístico, de uma orientação pluridimensional, que dá destaque ao conhecimento dos/as agricultores/as e ao potencial endógeno de suas comunidades. A partir dos saberes locais - no qual os/as agricultores/as são os atores principais - é possível o aproveitamento das potencialidades do agroecossistema, de modo que as atividades desenvolvidas tornam-se mais diversificadas e a agrobiodiversidade é preservada.

A Feira Agroecológica foi uma experiência exitosa pois foi fortalecido protagonismo das(os) agricultoras(es) do campo ao ambiente institucional; na interdisciplinaridade do tripé acadêmico para a implementação de políticas públicas/institucionais pró soberania alimentar, SAN, agroecologia e na produção do conhecimento agroecológico. No ano de 2019 foram realizadas 39 edições presenciais da Feira no município de Goiânia, na UFG, no IFG, no IF Goiano, na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). Os objetivos foram alcançados e as/os agricultoras/es solicitaram a continuidade juntamente com as comunidades institucionais em 2020 e 2021. No entanto, a Feira Agroecológica esta acontecendo de maneira adaptada diante dos normativos e das legislação vigente de prevenção ao Covid-19. Nesse cenário, houve a retomada da Feira Agroecológica no IFG, UFG, IF Goiano apenas no segundo semestre de 2020, sendo possível sua realização conforme os atos normativos e legislação vigente de prevenção ao Covid-19. Durante o ano de 2020 foram

realizadas 6 edições virtuais⁶ da Feira Agroecológica, que oportunizaram a continuidade da comercialização dos alimentos das/os agricultoras/es vinculados a Feira. As Feiras Virtuais continuam acontecendo uma vez por mês em 2021.

Destaca-se que os alimentos são ofertados de acordo com as estações do ano, respeitando os ciclos naturais. Foram ofertadas aproximadamente 100 variedades de alimentos ecológicos, contendo desde Frutas, Folhas, Ervas frescas e desidratadas, Leguminosas e Verduras, Quitandas, Doces e Compotas, Alimentos de Origem Animal, além de Trufa de Baru, Trufas de Frutas do Cerrado, Pasta de Pequi, entre outros tantos alimentos – *in natura* ou beneficiados – obtidos pelo saber-fazer das/os agroextrativistas do Cerrado que protagonizam a construção desta Feira (figura 5).



Figura 5: Variedade de alimentos vendidos na Feira Interinstitucional Agroecológica.
Fonte: Stefanny Nóbrega, 2020.

Siliprandi (2015) apresenta esta referência das agricultoras/extrativistas ou camponesas agroextrativistas que combinam o roçado (feijão, milho, mandioca) com a coleta de alimentos da mata. Além disso, destaca a sua importância para a diversificação da produção e soberania alimentar. Esta é mesmo uma prática sociocultural que merece destaque, pois se trata da valorização do Cerrado em Pé, a partir do reconhecimento das inúmeras propriedades nutricionais e medicinais de sua vegetação nativa.

⁶ Com o uso de ferramentas tecnológicas de comunicação estão sendo articuladas junto aos agricultores(as) a divulgação dos alimentos disponíveis que podem ser encomendados por via do preenchimento de um formulário eletrônico, já combinando o local de entrega, que são três pontos: A Fanut/UFG, a Reitoria do IFG e a Reitoria do IFGoiano. As entregas acontecem sempre na segunda quarta feira de cada mês, com horário agendado para evitar aglomerações.

A valorização do Cerrado em Pé é intrinsecamente relacionada à valorização dos saberes locais desenvolvidos e acumulados acerca da dinâmica do Cerrado, permitindo o aproveitamento de suas potencialidades. Há, ainda, o conhecimento popular de utilização das Plantas Alimentícias não Convencionais⁷ e outras nativas domesticadas encontradas nos quintais (figura 6), onde também são cultivadas as plantas medicinais, consumidas principalmente sob a forma de infusões e chá – estas são plantas de ciclo médio e também estão disponíveis durante todo o ano. Trata-se de um recurso muito importante para a saúde e o bem estar das populações rurais, que possuem acesso limitado às estruturas públicas de saúde, por exemplo.



Figura 6: Ervanário de plantas medicinais e frutífera nativa no quintal agroecológico, Assentamento Canudos – GO.

Fonte: Stéfanny Nóbrega, 2019.

É importante retomar a discussão dos quintais uma vez que este constitui-se como o lugar de protagonismo da mulher rural, também protagonistas e maioria na construção da Feira Agroecológica. De acordo com Almeida (2016, p. 7):

O quintal, para aqueles que vivem no meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, principalmente, reproduz seus conhecimentos sobre as plantas, sejam plantas medicinais ou de alimentos. Trata-se de conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó para neta. Configura-se como espaço cultural, simbólico, de saúde e de segurança alimentar.

O quintal reflete a relação dessas camponesas com bioma e é mais um exemplo de como as mulheres têm sido protagonistas na construção da agroecologia como outra proposta ao modelo agroalimentar hegemônico. É exatamente este saber-fazer pela diversidade da policultura que garante a fartura posta à mesa. Esta é a agricultura da abundância (MENDONÇA, 2002). Com base na sistematização de experiência da Feira, é possível afirmar que estas protagonistas são guardiões de saberes e fazeres tradicionais,

⁷Estas plantas alimentícias são não convencionais na alimentação da população urbana, mas fazem parte do cotidiano dessas comunidades rurais.

são guardiãs da agrobiodiversidade⁸. Seus saberes são indispensáveis para a reprodução do campesinato, em que a relação com a terra e com a produção de alimentos está além da lógica do capital, diz respeito a relações socioculturais de outro tipo, que tem suas raízes na memória biocultural⁹.

Dito isto, resta frisar a importância de reconhecer o Campo como patrimônio cultural. Alves (2011) delinea este patrimônio em torno da produção de alimentos - seja na agricultura ou na culinária - que têm sido reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A comida participa desses processos de reconhecimento como parte do repertório de conhecimentos tradicionais dos grupos sociais, como elemento constitutivo de celebrações, mercados e feiras, ou associado a danças, batuques e outras expressões culturais populares. Isto é essencial para que a agricultura de base familiar possa ser também valorada e reconhecida.

Ainda neste sentido, Borges (2013) realizou uma pesquisa com o objetivo de ampliar a percepção do poder público sobre a importância das feiras e dos feirantes para a cultura e a história do goianiense, justamente na perspectiva de influenciar a formulação de políticas voltadas à preservação e valorização desse bem cultural. Reconhecer os valores culturais expressos nas feiras nos leva a conservar a memória viva de práticas socioeconômicas e culturais que fazem parte da formação do território goiano. A referida autora procurou olhar as feiras como espaços que podem ser “patrimonializados”, já que representa a permanência de aspectos da cultura tradicional popular dentro de um contexto urbano que se transforma cotidianamente.

Além disso, de acordo com Alves (2011), não há como negar que a culinária e a gastronomia, das formas mais simples às mais elaboradas, são parte de processos e da identidade cultural de um grupo. A Identidade Cultural dá sentido ao território e delinea as territorialidades (ALMEIDA, 2008). Nesse sentido, compreendemos que a Feira caracteriza-se como uma territorialidade que estabelece redes para o fortalecimento do território da agricultura de base familiar e agroecológica, já que, conforme Raffestin (1993), as relações estabelecidas no território não se esgotam em seus limites físicos. Ele afirma, também, que os atores ao se apropriarem dos espaços acabam por “territorializar” os mesmos, sustentados por um conjunto de ações, posturas, práticas, comportamentos, fundamentais para esse processo de empoderamento e manutenção do território. Quer dizer, na medida em que a feira esta pautada e, além disso, realiza um debate em defesa da agroecologia e da agricultura de base familiar, está contribuindo para a manutenção e

⁸ Termo apresentado por Santili (2009) refletindo as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável.

⁹ Proposto por Toledo (2015), a memória biocultural é constituída pelos saberes tradicionais que partem de bases ecológicas e culturais de conexão entre natureza e agricultura em meio de dinâmicas coevolutivas entre diversidade biológica e cultural, que são construções mutuamente dependentes e enraizadas em contexto geográficos definidos.

para o fortalecimento deste projeto político contra-hegemônico e para uma outra relação campo cidade.

Como destacado anteriormente, a Feira tem como um princípio a proximidade espacial entre o produzido e o distribuído numa região reconhecida pelos consumidores, estabelecendo uma venda direta “cara a cara”, como mostra a figura 7. É por meio desta aproximação que se cria uma relação interpessoal de confiança - que media o processo de garantia da qualidade, ou a certificação agroecológica – ou seja, estabelece uma cadeia curta de comercialização (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Vale ressaltar que os alimentos comercializados na Feira não encontram-se certificados pelos canais oficiais, havendo sim uma validação por parte dos/as agricultores/as que autodeclararam sua produção como agroecológica no ato da inscrição. Além desta autodeclaração, é realizado um acompanhamento por parte da universidade, mediante a realização de trabalhos de campo voltados para a assistência técnica e extensão rural agroecológica.



Figura 7: Momento de encontro campo-cidade, na realização da Feira Interinstitucional Agroecológica.

Fonte: Arquivos da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2019 e 2020.

Valorizar a produção artesanal significa endossar as estratégias e territorialidades criadas pelos(as) agricultores(as) ao se apropriarem dos recursos de seus territórios, transformando estes em alternativas geradoras de renda e trabalho – que fortalecerá a economia local. Significa, também, contribuir com as territorialidades camponesas, que por meio de suas técnicas produtivas e seu modo de vida que têm preservado um dos recursos mais importantes: a agrobiodiversidade. Por fim, a feira em si, é um espaço muito rico para trocas de experiências no âmbito da produção de alimentos agroecológicos, em consonância com a criação de canais curtos de comercialização voltados para a conscientização e politização do consumo. Tal fato pode ser percebido na fala de uma consumidora da Feira Agroecológica:

Eu sou intolerante alimentar e não posso consumir os industrializados. Por isso, hoje consumo mais alimentos in natura. Adquirio os alimentos agroecológicos na Feira porque sei que o alimento é bem

cuidado, como feito lá na roça. É um alimento produzido em pequena escala, diferente do alimento produzido em larga escala e cheio de agrotóxico. Eu acredito muito na Agricultura Familiar, que ela pode alimentar a população. Se a gente parar para pensar, o agronegócio só produz cana de açúcar, soja e milho transgênico. Os nossos alimentos são de fato produzidos pelos pequenos agricultores. Apesar disso, estamos vivenciando hoje um desmonte da Conab e de seus estoques de alimentos, em detrimento de uma política de privilégios para o agronegócio, isso afetou diretamente no valor dos alimentos e consequentemente em nossa Soberania Alimentar (Beth Alamino, consumidora agroecológica, entrevista para o programa Mundo UFG: feiras e alimentos, 2020).

Considerações Finais

A Universidade pública, dada sua função social e seu papel institucional em promover saúde com ênfase na alimentação saudável, torna-se corresponsável por impulsionar um novo sistema alimentar em todos os processos, da produção ao consumo. Este novo sistema baseia-se em práticas agroecológicas, oriundas da agricultura de base familiar e o preço seja justo e acessível. Ou seja, a universidade pública precisa realizar uma defesa no qual o alimento seja visto enquanto Direito Humano a vida e não como uma mercadoria.

A Feira Interinstitucional Agroecológica caracteriza-se como um mercado direito para o segmento da agricultura de base familiar, que sempre garantiu a produção de comida no Brasil. Assim, ao passo que a universidade fomenta esse canal de comercialização, também estimula a produção e apoia a organização autônoma - incentivando protagonismo dos próprios(as) agricultores(as)/as no desenvolvimento de estratégias e inovações para organização dos processos produtivos. Além disso, o projeto da Feira articula espaço de legitimação e qualificação do debate sobre o papel dos(as) agricultores(as) de base familiar na produção e beneficiamento dos alimentos, assim como de sua imensa sabedoria sobre o uso dos recursos naturais. E cabe destacar que a Feira evidencia o papel das mulheres nas atividades produtivas, nos postos de decisão, no planejamento comunitário e no manejo dos agroecossistemas locais.

Assim, a Feira Interinstitucional Agroecológica favorece uma sinergia entre universidade-comunidade para a construção do conhecimento agroecológico, a partir de articulações e diálogos de saberes. O desenvolvimento e execução desta feira articular maiores condições para a formação discente integral, capaz de articular ensino-pesquisa-extensão como forma de educar-se para um trabalho multiprofissional na sociedade, em que cada um tem sua função e onde todos dependem de todos canalizando esforços para alcançar um objetivo comum. Do outro lado, o processo educativo encaminhado pelos(as) agricultores(as) é alicerçado em suas bases socioculturais, contribuindo no movimento de territorialização dos saberes agroecológicos.

Este diálogo é fundamental para efetivação dos processos de transição agroecológica, priorizando a construção do conhecimento junto aos movimentos sociais, como

instrumento de empoderamento e geração de autonomia para o povo brasileiro. Além disso, consideramos também uma experiência de importância significativa no que diz respeito ao papel social da universidade enquanto dinamizador para o desenvolvimento local, ao passo que a realização da feira caracteriza-se como lugar de geração de renda – e em alguns casos a única fonte de renda – associada a assistência técnica, para estes agricultores familiares. Por isso, o projeto Feira Interinstitucional Agroecológica, ancorado no tripé ensino-pesquisa-extensão, é entendido enquanto uma estratégia para avançar nesse novo modelo, somando na construção do conhecimento agroecológico para fins de soberania alimentar e popular.

Assim compreendemos o potencial articulado à promoção da Feira Interinstitucional Agroecológica. É possível nela visualizar que caracteriza-se como uma semente da transição. A Feira nos mostra que a construção de relações de Soberania Alimentar trata-se de um processo educativo dialético que precisa, necessariamente, partir do diálogo entre as diversidades e ancorar-se socioterritorialmente. Esta experiência representa um passo concreto desenvolvido por organizações locais na construção da agroecologia e sua relação com a promoção da soberania e segurança alimentar. Além disso, a Feira tem o potencial de estimular outros processos de comercialização direta como as compras institucionais de alimentos, assim como servir de exemplo e estimular outras instituições a seguir este caminho. Por isso, a socialização da experiência é imprescindível, pois ao comunicar e mobilizar podemos agregar capital social nesta caminhada.

Referências Bibliográficas

- ALVES, A. C. L. e. A comida como patrimônio cultural. *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 73 - 86, jan./jun. 2011.
- ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 313-336.
- ALMEIDA, M. G. Observar e entender o lugar rural: trilhas metodológicas. In: MUNDIM VARGAS, M. A.; SANTOS, D; L. (Org.). *Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa*. 1ed. Aracaju: Criação Editora, 2018.
- ALMEIDA, M. G. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. *Confins*, n° 29, 2016.
- ALIMENTANDO POLÍTICAS. Relatório Comissão The Lancet - *A Sindemia Global da obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas*. 2019. Disponível em: <<https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rioCompleto-TheLancet.pdf>> Acesso em: 23/11/2019.
- BORGES, L. B. *Entre sons, aromas e sabores - As feiras em Goiânia: história, referência cultural e hibridação entre o moderno e o tradicional*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rio de Janeiro, 2013.

BORGES, J. A.; ALMEIDA, M. G. de. Experiências com as Identidades Goianas no Ensino Fundamental de Geografia. *Revista Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 199-211, 2009.

CRUZ, F. T. Governança dos sistemas alimentares: perspectivas e oportunidades para a soberania alimentar e nutricional sustentáveis. In PREISS, P., SCHNEIDER, S. *Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019.

CASTRO, J. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço?* Rio de Janeiro: Antares, 1946.

CAPORAL, F. R.. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

CAPORAL, F. R. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de Doutorado. Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp 21-28. e 78-87.

CARBONARI, M.; PEREIRA, A. *A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade*. São Paulo, 2007.

CARDOSO, J. H.; SANTOS, J. S.; MEDEIROS, F. S.; SOUZA, L. C. da S. Estratégias eco-pedagógicas em processos de pesquisa-ação participativa: a experiência do projeto de sistemas agroflorestais no território da Serra dos Tapes, RS. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Pelotas, RS: SBSP, 2016.

FAO – Food and Agriculture organization of the United Nation. *O estado de insegurança alimentar no mundo em 2017*. Roma, RAO, IFAD, WFP, 2017.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FURTADO, A. S. de S. *Feira Institucional Agroecológica da Agricultura Familiar: uma proposta de segurança alimentar e nutricional para os servidores dos Institutos Federais do Estado de Goiás*. SIASS IF Goiano/IFG, 2019.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias curtas e redes alimentares alternativas*. Ed. UFRGS, 2017.

HAESBAERT, R. Dilema de Conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.(Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p, 95-120.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: <<http://www.inacra.gov.br/>> Acesso em: 10 de jan. 2019.

LA VIA CAMPESINA. Tlaxcala: *Declaração da Via Campesina*. Tlaxcala Via Campesina, 1996.

LISBOA, A. de M. Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e limites. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, vol. 45, n. 3, 2005.

MENEZES, Sônia de S. M. e CRUZ Fabiana T. *Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade*. In: MENEZES E CRUZ. Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo. São Cristóvão: EDUFS, 2017, p.24-45.

MITIDIERO, M. A. BARBOSA, H. J. N. SÁ, T. H. *Quem Produz Comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006*. Revista Pegada – vol. 18 n.3 7 Setembro-Dezembro/2017.

MOURA, I. F. *Agroecologia na agenda brasileira: trajetórias no período 2003-2014*. [Tese de Doutorado]. UFRRJ, Seropédica, RJ, 2016

MENDONÇA, M. R. Movimentos Sociais e unicidade orgânica do Trabalho: os Povos Cerradeiros. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, PB, 2002.

MÍDIA NINJA. *Jornada de luta por soberania alimentar e poder popular: MPA contra a fome*. Disponível em: <https://midianinja.org/mpa/jornada-de-luta-por-soberania-alimentar-e-poder-popular-mpa-contr-a-fome/>. Acesso em: 05/10/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnaehistorico>> Acesso em 30/11/2019.

OXFAM. *Distribuição de terras na América Latina*. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>> Acesso em: 20/11/2019.

PLOEG, J. D. *Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PASQUIM, E. M. *Construção de Conhecimento na Extensão Universitária em Segurança Alimentar e Nutricional*. UNB: Brasília, 2017.

PIGNATI, W. *Agroegócio, agrotóxicos e saúde*. In *Agrotóxicos – violações socioambientais e direitos humanos no Brasil*. SOUZA, M. M. O. FOLGADO, C. A. R. Editora URG: Anápolis, 2016.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. M. *Sementes crioulas: Autonomia, identidade e diversidade dos grupos camponeses em Orizona e Vianópolis – GO*. Dissertação PPAGRO UFG: Goiânia, 2017.

SANTOS, M. GLASS, V. (org.) *Atlas do agroegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Fundação Heinrich Böll: Rio de Janeiro, 2018.

STEDILE, J. P. CARVALHO, H. M. de. *Soberania alimentar: uma necessidade dos povos*. América Latina em Movimento, 2011.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015

SAUER, S. BALTESTRO, M. *Agroecologia e os desafios da transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TOLEDO, V. M. BASSOLS, N. B. *A Memória Biocultural: A Importância Ecológica dos Saberes Tradicionais*. Expressão Popular: São Paulo, 2015

VERANO, T de C. *Feiras Municipais como Alternativa de Comercialização para Agricultores Familiares*. Dissertação. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2019.

WALTER, P. Theorising community gardens as pedagogical sites in the food movement. *Environmental Education Research*, 19: 4, 521-539, 2013.

**Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Os efeitos da Feira Agroecológica na UFG para a soberania alimentar: uma trajetória colaborativa". Esta monografia obteve a segunda colocação no Prêmio TCC empreendedorismo da Universidade Federal de Goiás, na linha empreendedorismo social. Agradecemos a todas as pessoas envolvidas e que tornam realidade o projeto da Feira Interinstitucional Agroecológica.*

Stéfanny da Cruz Nóbrega

Mestranda em Geografia pelo Instituto de estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. Licenciada em Geografia pela mesma Instituição.

Campus Samambaia, Conjunto Itatiaia, Caixa Postal 131.

CEP 74001-970 - Goiânia- Goiás – Brasil.

E-mail: stefanny.nobrega.ufg@outlook.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5044-5871>

Lara Cristine Gomes Ferreira

Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília, com estágio doutoral na Universidad de Santiago de Compostela (Galícia, Espanha). Geógrafa e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é Geógrafa do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER / IESA / UFG).

Campus Samambaia, Conjunto Itatiaia, Caixa Postal 131.

CEP 74001-970 - Goiânia- Goiás – Brasil.

Email: lara@ufg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9592-7981>

Recebido para publicação em novembro de 2020.

Aprovado para publicação em abril de 2021.